

2.ª Conferência Nacional de Professores Aposentados

21 de novembro de 2017 | Carmelinda Pereira, sócia do SPGL

Caros colegas e camaradas,

Fazemos parte da geração de educadores e professores que construiu a Escola Pública do 25 de Abril.

Somos portadores de vivências únicas e de sonhos que jamais poderão deixar de ser o nosso horizonte, um horizonte comum aos nossos colegas no activo.

Estamos agora confrontados, nestes período das nossas vidas – tal como o conjunto dos trabalhadores da nossa geração – com os cortes e as ameaças permanentes aos sistemas de aposentação e de Segurança Social.

Sentimos um soco no estômago quando frequentemente ouvimos, os mais novos dizerem: “*Nós já não iremos ter reformas como as vossas*”. Este é o lema propagandístico mais usado, na guerra psicológica, pelos servidores do capital financeiro, para tentar mentalizar as jovens gerações de que não vale a pena lutar para preservar direitos legítimos, pois o mundo teria mudado.

O que mudou foi de facto o processo de aceleração da agonia do sistema capitalista, cuja exige o aumento exponencial da taxa de exploração dos trabalhadores e por isso também a Segurança Social.

Uma Segurança Social universal e assente no princípio da solidariedade entre gerações, imposto na lei, pela luta das classes trabalhadoras, pressupõe o desenvolvimento das forças produtivas, pressupõe que a riqueza produzida tem que ser distribuída pelo salário directo e indirecto (as pensões). Pressupõe que os detentores do capital têm que pagar impostos para assegurar as funções sociais do Estado, tal como nós trabalhadores, e pressupõe que o Patronato tem que efectuar os descontos para a Segurança social, tal nós os efectuamos. No nosso caso particular, como trabalhadores das funções sociais do Estado, é este tem que assegurar o sistema da Caixa Nacional de Pensões.

O trabalho desregulamentado, a fuga de capitais, as privatizações e isenções fiscais, a renda por juros de dívidas que não contraímos – eis os ingredientes que todos conhecemos e que os servidores do sistema procuram encobrir, para teorizar que a diminuição do orçamento dos sistemas de aposentação é uma inevitabilidade, que o dinheiro não chega para tudo.

Dentro deste contexto geral, nós estamos reformados de um trabalho que nunca conseguimos esquecer. Nós fomos construtores da Escola pública democrática, a Escola pública responsável pela construção de seres humanos qualificados de pensamento crítico e solidário.

Fizemo-lo no mesmo processo em que construímos uma carreira profissional regida pelo Estatuto da Carreira Docente (ECD) que tanto nos custou a ver reconhecido.

Hoje, vemos como os colegas no activo sofrem a violência da desconstrução dessa Escola de Abril, como é o caso dos Conselhos pedagógicos e dos Conselhos escolares que se transformaram no inverso daquilo que contruímos. Vemos como os colegas que, sofrendo no dia-a-dia as consequências de um trabalho burocrático esgotante, se batem para que as suas escolas não percam a alma. É isso que querem dizer quando escrevem em cartazes: «*Deixem-nos ser professores!*».

E assistimos, em simultâneo, como não podia deixar de ser, a um ataque ao ECD.

Honra seja feita à FENPROF que conseguiu desencadear um processo de mobilização ao qual os professores e educadores responderam em massa, impondo a realização da unidade com todos os outros sindicatos, conseguindo impedir que o seu tempo de serviço de mais de 9 anos fosse apagado para efeitos da progressão na carreira.

Uma luta que mostrou, também, como as nossas legítimas exigências não cabem nos Orçamentos do Estado, servidores do capital financeiro.

Tal como não cabem as pensões de reforma justas a que tem direito quem trabalhou uma vida inteira, nem cabe a aposentação sem penalizações dos colegas que ultrapassaram, há muito, o tempo de serviço com que muitos de nós nos aposentámos.

Caros colegas, falamos do direito a envelhecer com políticas activas.

Uma boa forma de envelhecer, respeitando o relógio biológico que é o de cada um de nós, é continuar na luta activa, ao lado dos colegas no activo, defendendo a Escola pública.

Trata-se de uma tarefa histórica – que cada um assumirá de acordo com a sua consciência e capacidade pessoal; uma tarefa na qual a FENPROF tem um papel imprescindível, como aglutinadora da força dos professores e educadores.

As florestas que ardem a Natureza se encarregará de as regenerar. As fábricas poderão ser reconstruídas. Contudo, a cultura democrática, com os valores que nós também herdámos – tão necessários à geração vindoura, para poder organizar-se e organizar a sociedade, tirando partido do progresso científico e tecnológico – se a perdermos não poderá ser readquirida.

Estamos reformados da vida profissional, mas não estamos reformados nem da luta nem dos sonhos.

Continuamos gente com alma.

A FENPROF pode contar connosco.